

A necessária inclusão das demandas socioambientais na agenda da nossa era

JANAINA MARCHI¹

A aceleração da degradação ecológica do planeta e o aprofundamento da crise de valores humanos vêm sendo denunciados como reflexos da escolha por determinado padrão de vida e crescimento das sociedades, atrelados essencialmente à ideia de crescimento econômico, e que tem como centros catalizadores, o Estado moderno burguês (inaugurado com o Iluminismo, século XVIII) e o capital, associados às relações de mercado (HARVEY, 2011). Nesse ensejo, muitas das críticas aferidas a essa estrutura social se dão, entre outras coisas, a partir da percepção de que tal perspectiva de desenvolvimento não traz consigo, necessariamente, a solução dos problemas essenciais da humanidade de forma ampla,

como os das relações entre os homens com a natureza (COSTA, 2002; SACHS, 2002).

Torna-se prudente mencionar, contudo, que a prevalência da lógica da sociedade de mercado permitiu mitigar parcialmente a fome e a miséria, prolongar a vida, combater com sucesso males e doenças milenares, diminuir a penúria do trabalho pesado e o estigma da escravidão, desfrutar de confortos e amenidades impensáveis em tempos antigos e não tão remotos (PIZZA JUNIOR, 2010). Entretanto a preleção a favor desse sistema negligenciou outros e, uma vez que o mercado autorregulado passou a subordinar todos os outros sistemas sociais (inclusive o político), os demais foram diminuídos, e a maior vítima tornou-se aquela que aparentemente desfruta dos maiores benefícios: o ser humano. “[...] o indivíduo ilusoriamente ganhou melhora material em sua vida e pagou por ela com a perda do senso pessoal de auto-orientação” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 52).

¹ Mestra em Administração e Especialista em História do Brasil. Professora do curso de Administração da Universidade Franciscana – UFN.

Nesse ensejo, as atividades produtivas capitaneadas por organizações configurariam parte importante, tanto na apressuração dos efeitos nocivos oriundos dessa forma de vida como na busca de alternativas para os problemas postos, uma vez que se aceita que as atividades laborais influenciam o modo de vida de uma sociedade. Dessa forma, tornar-se-iam elementos constitutivos das culturas, e os valores compartilhados e promovidos por tais entidades impactariam na configuração da forma com que as comunidades se organizam (SEN, 2000). Sobretudo quando encaradas – as organizações – como sistemas cognitivos, em que seus membros assimilam interiormente tais sistemas e assim, sem saberem, tornam-se pensadores inconscientes (GUERREIRO RAMOS, 1989).

Sabe-se, contudo, que a lógica de atuação e expansão das organizações, historicamente estruturada, fez-se a partir de um arcabouço teórico funcionalista (GUERREIRO RAMOS, 1989; WEBER, 2004), em que a ação orientada por valores e princípios morais e as demandas ecológicas e das subjetividades humanas não infrequentes vezes permaneceram coadjuvantes em relação aos interesses financeiros e econômicos.

Por isso, reiteradamente, a atuação das organizações nas sociedades seria associada ao agravamento de situações, como desmatamento, poluição, esgotamento de recursos, doenças associadas ao trabalho, concordância com a manutenção de injustiças sociais, incentivo a um padrão de consumo crescente e alienante, crises financeiras cíclicas, mais do que com a busca de soluções para esses efeitos (HARVEY, 2011). Ademais, a própria teoria do *mainstream* da administração seria entendida, nesse contexto, como um reflexo das relações do capitalismo de

mercado (BICALHO; PAULA, 2012), orientando as condutas dos sujeitos, tanto nas escolas de formação em Administração como no mundo corporativo, a partir desse prisma.

Situações que sublinham esse ponto de vista estão cada vez mais marcando o horizonte social de maneira negativa. Pedidos e manifestos de setores mais progressistas para que a vida das pessoas e a natureza sejam preservadas em detrimento do lucro denunciam a insatisfação crescente e corroboram a necessidade urgente de, enquanto sociedade, reorientarmos nosso *modus operandi*.

Nesse raciocínio, e até em função do “calor da hora”, torna-se relevante mencionar os desastres protagonizados pela imperícia? imprudência? omissão? de uma das maiores mineradoras do mundo, sediada no Brasil, que desolou a vida de centenas de pessoas e feriu de forma profunda a fauna e flora local a partir do rompimento de barragens que expulsaram lama tóxica por centenas de quilômetros.

O mais surpreendente é que ambos os desastres aconteceram em um intervalo de tempo considerável, ou seja, o primeiro, ocorrido em 2015, não foi suficiente para alertar sobre o perigo que esse tipo de estrutura de contenção de rejeitos oferecia à sociedade, mesmo com números alarmantes capazes de o classificarem como o maior desastre ambiental do Brasil. O segundo desastre ocorreu em janeiro de 2019, quatro anos após. Mesmo com o prenúncio de que outros desastres poderiam acontecer, a empresa optou por manter em operação esse formato de barragem, que é considerado mais barato e de licenciamento mais fácil, mas também o menos seguro, pois os alteamentos (ou seja, a ampliação da estrutura de contenção) são feitos com o próprio rejeito.

REFERÊNCIAS

BICALHO, R. A.; PAULA, A. P. P. Empresa Júnior e a reprodução da ideologia da Administração. **Cadernos EBAPE BR**, v. 10, n. 4, 2012.

COSTA, W. S. Resgate da humanização no ambiente de trabalho. **Caderno de Pesquisas em Administração**, v. 9, n. 2, p. 13-23, 2002.

GUERREIRO RAMOS, A. **A nova ciência das organizações**: uma reconceitualização da riqueza das nações. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

HARVEY, D. **O enigma do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

PIZZA JUNIOR, W. Guerreiro Ramos, administração e ciências sociais. **Organizações e Sociedades**, v. 17, n. 52, p. 201-208, 2010.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

SILVA, M. S. **O fetiche da "Responsabilidade Social"**: a falácia de uma "nova consciência". 2018. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

VINHAL, G. "Não seria bom para o mercado", diz Onyx sobre afastar diretoria da Vale. **Correio Braziliense**, 29 de janeiro de 2019. Disponível em: www.correiobraziliense.com.br. Acesso em: 31 jan. 2019.

WEBER, M. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Universidade de Brasília, 2004. Volume 1.

Exemplo clássico e evidente do pensamento funcional, instrumental que vigora no ambiente corporativo e na esfera pública de governo pode ser encontrado quando se depara com a declaração do atual ministro-chefe da casa civil acerca da possibilidade de afastamento da diretoria da mineradora que está à frente das decisões que permitiram que o desastre de Brumadinho acontecesse: "não seria bom para o mercado (...) É preciso ter prudência para saber que o que está em jogo, além da vida das famílias, é um setor econômico muito relevante para o país" (LORENZONI, 2019 *apud* VINHAL, 2019).

A abrangência quase hegemônica do pensamento mercadológico reproduzido acriticamente impregna-se, de forma viscosa, como um "espectro" na opinião pública (GUERREIRO RAMOS, 1989), convertendo-se como um "lugar comum", uma estrutura mental, como alerta Peter Senge, colonizando a forma como as pessoas interpretam a realidade. O assunto ganha grande repercussão, uma vez que, como dito anteriormente, as organizações não circunscrevem os reflexos de suas ações aos muros que limitam seu espaço físico de atividade. Na "era das organizações", elas estão inseridas nas comunidades, atuando nelas e com elas, influenciando o horizonte cultural de uma época. Diante disso, o compromisso ao iniciarem seu processo produtivo deveria levar em consideração a preservação da vida ou, pelo menos, a minimização dos danos que podem vir a provocar.

Nesse escopo, não bastaria falar em Responsabilidade Social Corporativa (RSC). Esse conceito torna-se insuficiente para abarcar uma realidade que deve transpor os limites que o sistema capitalista engendra. Até mesmo porque tal conceito e sua carga de significados acenam para certa funcionalidade a esse sistema, é endógeno a este, tendo surgido juntamente à reestruturação neoliberal como uma resposta paliativa à sociedade, em um momento em que se começa a clamar por mais ética e transparência nas ações empresariais na década de 1970 (SILVA, 2008).

Muito aquém de conseguir propor efetivas mudanças em pontos essenciais que estabelecem a forma como sociedade/natureza/empresas se relacionam, a RSC é vista como uma questão estratégica pelas organizações, com objetivos claros de conquistar engajamento dos trabalhadores, marketing social, benefícios fiscais, entre outras questões que, enfim, visam ao aumento da lucratividade (SILVA, 2008).

No contexto em que tantas tragédias assolam a vida como um todo no planeta, é preciso repensar os caminhos que a atividade humana está construindo e os impactos que está gerando a fim de que se possa construir uma nova realidade capaz de alterar as tendências predominantes da era industrial, baseada na transformação de hábitos humanos de maneira profunda, a partir de uma maior conexão do ser humano consigo mesmo e com os demais seres vivos. ■